

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

**O Curso de Administração Ministrado nas Instituições de Ensino Superior de Santa
Catarina, Pertencente ao Sistema Acafe e o Desenvolvimento Local.**

**Pedro Mello
Gilberto Cechella
Rafael Schlickmann**

RESUMO

Na década de 60 iniciou-se o processo de criação de fundações educacionais no Estado de Santa Catarina, em virtude da dificuldade de acesso ao ensino superior pelos municípios do interior do Estado e pela crença de que o ensino superior seria a forma mais acertada para o desenvolvimento econômico. O sistema Acafe – Associação Catarinense das Fundações Educacionais – criado em 1974, apresenta uma distribuição espacial das instituições de ensino superior pelo território catarinense e, com modelo catarinense de produção caracterizado pela especificidade produtiva de cada região, nota-se a relação entre instituições de ensino superior e sociedade. Analisa-se o curso de administração das instituições de ensino superior do sistema Acafe, observando-se a existência de evidência de registros sobre o desenvolvimento local. Nota-se pouca ou nenhuma evidência de registros sobre o desenvolvimento local, ocorrendo apenas em disciplinas isoladas. Para tanto se propõe um maior debate e reflexão sobre o assunto com o objetivo de adaptar a produção científica universal as características econômicas, sociais, culturais e políticas locais.

Palavras-chave: Acafe. Administração. Instituições de Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento local surge, na Europa nos anos setenta, como resposta ao processo de reestruturação e ajuste econômico, que provocaram em certos setores produtivos uma mudança estrutural com fortes movimentos de demissões e realocização de produção, gerando uma crise social e econômica em determinados espaços geográficos. (JUNCAL, 1998, p. 2). No Canadá, em 1985 o conceito de desenvolvimento local é utilizado para diversificar uma cidade em função de um eventual fechamento de uma fábrica de papel. (MARTINELLI e JOYAL, 2004, p.27-28). Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o desenvolvimento local é visto com a função de melhorar as condições sociais da população e o desenvolvimento econômico competitivo e sustentável.(LLORENS, 2002, p. 1). Na América Latina o impacto da globalização, segundo Gallicchio (2004, p.1-2), gerou importantes crises sociais, econômicas e políticas agravando as desigualdades sociais e

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

territoriais, provocando a discussão sobre os modelos de desenvolvimento. Apresenta o desenvolvimento local como alternativa para geração de emprego e melhora na qualidade de vida da população. Goulart (2005, p.55-77) destaca a proposição de estudar o desenvolvimento local através da dicotomia centro-periferia e as especificidades do subdesenvolvimento, contextualizando-as no cenário do mundo globalizado, sob pena de que os países periféricos sejam meras unidades operacionais. Desta forma, as estratégias de desenvolvimento requerem transformações sociais de fundo, que viabilizem maior equidade, e não simples modernizações de estilos de vida e padrões de consumo. Reconhece a importância do conhecimento como capital mobilizador de inovação e transformações, tornando a ciência e tecnologia elementos fundamentais nas estratégias e rumos do desenvolvimento. Conclui que colocar as universidades brasileiras como eixo da articulação global-local pode contribuir para a construção de novas formas de pensar e agir sobre o desenvolvimento. A presente pesquisa visa aprofundar o estudo sobre a articulação global-local das instituições de ensino superior catarinenses, pertencentes ao sistema Acafe, com o objetivo de compreender a interação instituição e comunidade, através da análise do ementário do curso de administração. O sistema Acafe apresenta uma distribuição espacial das instituições de ensino superior pelo território catarinense havendo uma divisão na área de influência de cada uma delas, e, o modelo catarinense de produção é caracterizado pela especificidade produtiva de cada região.

Neste trabalho, a pesquisa é entendida como a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas metodológicas já consolidadas pela ciência. Ressalta-se que todo o processo de pesquisa possui uma parcela de como o pesquisador percebe o ambiente no qual realizará seus estudos. Para Minayo (1998, p.32-33) a metodologia corresponde ao caminho e ao instrumento, próprios da abordagem da realidade, o que significa que as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que permitem a apreensão da realidade, e o potencial criativo do pesquisador, estão incluídos na metodologia. A pesquisa será um estudo de caso, teórico-empírico, exploratório, descritivo, com uma abordagem predominantemente qualitativa. Conforme apresenta Godoy (1995, p.57-63) a pesquisa qualitativa ocupa um lugar reconhecido entre as várias possibilidades de se estudar fenômenos que envolvem seres humanos, e suas intrincadas relações sociais estabelecidas nos seus mais diversos ambientes. Acrescenta que na pesquisa qualitativa o pesquisador ampara-se a partir de focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo avança. Esse tipo de pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando entender o fenômeno segundo a perspectiva do sujeito. Triviños (1994, p.131-132) e Bauer et alli (2002, p.24-25) afirmam que toda a pesquisa pode ser ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa e não há quantificação sem qualificação. Deslandes in Minayo (1994, 31-35) dá ênfase à fase exploratória de uma pesquisa como sendo determinante para a qualidade de um trabalho científico. A fase exploratória está fundamentada na pesquisa bibliográfica disciplinada, crítica e ampla; na articulação criativa na delimitação do objeto de pesquisa e na aplicação de conceitos. Para Gil (1999, p.44) a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Como o universo em estudo é composto por dezesseis instituições de nível superior catarinenses, fica caracterizado um estudo de caso múltiplo, que para Yin

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

(2005, p.67-68) resultam em evidências mais convincentes e o estudo global é visto como mais robusto.

A pesquisa será caracterizada como não-experimental pela impossibilidade de se manipular as variáveis. Kelinger (1980, p.82) caracteriza a pesquisa não-experimental pela forma já feita com que as variáveis chegam até o pesquisador, assim, ele as trata como já estavam, com seus efeitos produzidos. O nível de análise será a nível de campo, pois o objeto central de interesse da pesquisa é um conjunto de organizações. As unidades de análise serão os cursos de administração das instituições de ensino superior pertencente ao sistema Acafe, e as unidades de observação serão as ementas do curso de administração destas instituições. Optou-se pelo curso de administração por ser ministrado em todas as instituições de ensino superior do sistema Acafe, acrescenta-se que no exercício profissional o administrador atua em organizações de todos os setores. O acesso ao ementário dos cursos de administração ocorreu através do meio eletrônico com a consulta nas páginas das universidades. Aquelas que não possuíam disponibilizado as ementas recorreu-se ao correio eletrônico dirigindo mensagem aos coordenadores de curso. Como muitas universidades possuem vários campi, escolheu-se o curso de administração ministrado na sede da universidade, de preferência sem ênfase ou habilitação. Será utilizada a análise de conteúdo porque, conforme Dellagnelo e Silva (p.97), é uma técnica de análise de dados em pesquisa qualitativa que alcança credibilidade acadêmica, sem ficarem restritos aos métodos quantitativos mais clássicos, nem se lançarem numa atividade de pesquisa que exclua o método. Bardin (2004, p. 37), define análise de conteúdo como:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Vieira (2002, p.19-20) destaca a importância para o rigor da pesquisa qualitativa a definição constitutiva, que se refere ao conceito dado por algum autor da variável ou termo que se vai utilizar, e, a definição operacional, que se refere como o termo ou variável anteriormente definido será identificado, verificado ou medido na realidade. O conceito de desenvolvimento local pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento definido. (MARTINELLI e JOYAL, 2004, p. 10-11). O modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais. Cada local ou região dispõe de diferentes combinações de características e bens coletivos – físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais – que influenciam sua capacidade de produzir conhecimento, de aprender e de inovar. E, no sistema de relações que configuram o ambiente local – expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação – é determinante de sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local. As chamadas aglomerações produtivas, científicas, tecnológicas e/ou inovativas, são consideradas ambientes propícios à interação, à troca de conhecimento e ao aprendizado. A localização ou proximidade espacial facilita a maior interação e comunicação, mas não é, por si só, um fator determinante para tal – são necessárias também condições institucionais e socioculturais que as favoreçam.

(ALBAGLI e MACIEL, 2004, p.11). A partir da definição conceitual de desenvolvimento local observou-se a evidência de registros nas ementas dos cursos de administração das instituições de ensino superior pertencentes ao sistema Acafe, ao localiza-la apresenta-se o tópico da ementa e a disciplina em que está contemplada. Procurou-se no ementário do curso de administração as palavras local, catarinense e regional. Para efeito de medição atribui-se um ponto para cada destaque da ementa. Como limitação à realização da pesquisa não se obteve o ementário de quatro instituições de ensino superior pertencente ao sistema Acafe, a FEHH - Fundação Educacional Hansa Hammonia -, a Unesc – Universidade do Extremo Sul Catarinense -, a Unochapecó – Universidade Comunitária Regional de Chapecó-, e a USJ - Centro Universitário Municipal de São José.

2 DESENVOLVIMENTO

Souza (1995, p.15-17) salienta que embora o desenvolvimento econômico seja um tema que tenha obtido destaque no século XX, a preocupação com o crescimento econômico é muito mais antiga. O objetivo primordial consistia em aumentar o poder econômico e militar do soberano e não, necessariamente, melhorar as condições de vida do conjunto da população. O Renascimento, o surgimento do Estado nacional moderno e as grandes descobertas marítimas revolucionaram o pensamento econômico no limiar do século XV. As riquezas coloniais desempenharam importante papel no desenvolvimento das economias nacionais européias, mas o sistema mercantilista opôs-se ao desenvolvimento das colônias.

A abordagem do desenvolvimento, como problema, vinha tornando-se mais enfática a partir das flutuações econômicas do século XIX. A Grande Depressão dos anos trinta colocou em evidência o grande drama social do desemprego. Tornou-se mais premente a ação do Estado na economia, adotando políticas anticíclicas, com a finalidade de reduzir o desemprego e amenizar as repercussões da crise. Constatou-se que as crises desenrolavam-se com diferentes intensidades, segundo os setores e regiões. A noção de desenvolvimento, atrelada à questão da distribuição, passou a ser mais enfatizada. Nos surtos, o produto cresce, beneficiando a todos; nas crises, ele se contrai, prejudicando os assalariados e as pequenas empresas. Desse modo, não apenas a estabilidade é uma condição necessária, como também, o crescimento econômico precisa ocorrer em ritmo suficiente para atender as reivindicações das diferentes classes sociais, regiões e países.

A industrialização não surgiu em todas as partes, ao mesmo tempo, mas em algumas regiões do planeta. Dentro de cada país, o crescimento tem-se concentrado em alguns centros. Acentuaram-se as desigualdades econômicas entre países e regiões, as quais tornaram-se mais evidentes com o crescimento mais do que proporcional dos centros industrializados. Por outro lado, no final dos anos trinta, ao ser aplicada a Contabilidade Nacional, nascida sob os auspícios da teoria keynesiana, passou-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e a classificá-los em ricos e pobres. Além desse indicador, os países pobres caracterizam-se por apresentarem alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, predominância da atividade agrícola, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, e diminuto mercado interno.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Assim como a Grande Depressão mostrou que políticas monetárias e fiscais tornam-se imprescindíveis para amenizar as crises, A Segunda Guerra Mundial provocou o grande despertar nos países subdesenvolvidos (Myrdal, 1968, p.156). Constatou-se que 2/3 da população mundial, geradora de 1/6 da produção do planeta, era classificada como pobre e com renda *per capita* bastante inferior àquela dos países considerados ricos. A miséria dos países pobres, ainda o maior problema econômico do mundo, torna urgente o estudo das causas da pobreza das nações. Combater esse problema torna-se uma questão econômica, humanitária e política (Méier e Baldwin, 1968, p.25). Algum esforço adicional precisaria ser feito a fim de reduzir as disparidades internacionais do nível de renda. A partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e posteriormente do Banco Mundial, passou-se à realização de estudos internacionais e à formulação de uma cooperação econômica entre as nações visando ao desenvolvimento das nações mais pobres. O termo subdesenvolvimento nasceu com base em indicadores e a partir de trabalhos efetuados pela ONU.

Após a Segunda Guerra Mundial, a macroeconomia keynesiana passou a ser aplicada em todas as partes. Em seguida, contudo, os economistas constataram sua inadequação para explicar o desenvolvimento, por se este um fenômeno de longo prazo. Os economistas buscaram, então, na História Econômica os elementos para a formação de uma teoria do desenvolvimento. Uma das conclusões foi a de que o subdesenvolvimento deriva do desenvolvimento, isto é, da expansão do capitalismo mundial na sua fase oligopolista (Furtado, 1961, p.180-191). Essa constatação, feita também pela teoria do imperialismo, concluía que as economias pobres não poderiam desenvolver-se se não rompessem os vínculos coloniais com os países de economia dominante, cada vez mais fortes, e derivados da troca desigual, bem como do movimento internacional de capitais.

Pela abordagem histórica, verificou-se, que o principal entrave ao desenvolvimento era de natureza política, pois se reservava aos países pobres uma posição subalterna no contexto da divisão internacional do trabalho. Essa abordagem provocou uma reação da corrente tradicional nos anos quarenta. Buscava-se refutar a teoria do imperialismo, através de teorias alternativas. Construíram-se modelos, nos quais identificou-se a escassez de capital como a causa fundamental do subdesenvolvimento. Estabeleceram como estratégia o incremento da taxa de poupança interna, o afluxo de capitais externos e a expansão das exportações, fatores mais tarde aceitos como algumas das medidas necessárias ao desenvolvimento pela maioria das correntes de pensamento. Os debates acerca do desenvolvimento econômico, acirrados durante a década de cinquenta e nos anos subsequentes, indica que o problema liga-se à própria evolução cultural das nações, aos anseios de progresso e à melhoria das condições de vida. (Cardoso e Faletto, 1975, cap.6).

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento; para outros o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Para os economistas da primeira corrente, um país desenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, apesar de possuírem recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. O país mostra-se subdesenvolvido porque não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e sua economia cresce abaixo de suas possibilidades. Associados a essa noção, emergem os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática. Desenvolvimento

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

econômico não deve ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão podem não estar beneficiando a economia como um todo, bem como sua população. A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Nesse sentido, desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica, ineficiente, em uma economia moderna. Eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população. Essa noção implica mudança de estrutura. O método estruturalista tem o mérito de destacar as interdependências entre o setor moderno e o tradicional e a necessidade de aperfeiçoar tais estruturas, bem como os pontos de estrangulamentos do desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico se define, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais *per capita*. É um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se fatores endógenos. Apesar da diversificação das exportações de produtos manufaturados e do grande volume do comércio exterior, o setor de mercado interno aumenta simultaneamente sua participação na economia. Em função da redução gradativa dos bolsões de pobreza absoluta, da elevação dos níveis dos salários e da renda em seu conjunto, esse setor passa a ser definitivamente o elemento dinâmico do sistema.

A preocupação com os limites do desenvolvimento, em função do esgotamento dos recursos naturais e a geração de resíduos, são temas de eventos mundiais. Em 1971 ocorre a Conferência de Founex (Suíça) que levanta a importância de integrar o meio ambiente às estratégias de desenvolvimento discutindo os efeitos colaterais sobre o meio ambiente provocados pela atividade agrícola. Em 1974, a Declaração de Cocoyok das Nações Unidas, afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam com aquele quadro com altos índices de consumo. Em 1975, o Relatório Dag-Hammarskjöld –ONU, afirmava que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental. Em 1980, a Estratégia de Conservação Mundial – UICN (União Mundial pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) apresenta documento no qual consta uma seção intitulada “Em direção ao Desenvolvimento Sustentável”, talvez a primeira vez em que o termo sustentabilidade tenha sido usado como um objetivo a ser alcançado. Em 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), apresentou documento chamado Our Common Future, mais conhecido como relatório Brundtland, que diz que “*Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades*”. O documento demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta, muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

econômico e modificações no meio ambiente, e reconhece o meio ambiente e desenvolvimento como dois lados da mesma moeda (SACHS, 1993, p.13).

Sachs (1993, p.24-27) considera os seguintes requisitos para que ocorra o desenvolvimento sustentável: a) sustentabilidade social - está ligada à maior equidade na distribuição de renda e bens; b) sustentabilidade econômica - está ligada à redução dos abismos norte/sul, deve ser buscada através de um fluxo permanente de investimentos públicos e privados; c) sustentabilidade ecológica - esta ligada à qualidade do meio ambiente e à preservação das fontes de recursos energéticos e naturais; d) sustentabilidade

espacial - está ligada à melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos; e, e) sustentabilidade cultural - ligada à necessidade de se evitarem conflitos culturais. Deve ser buscada através da especificidade de soluções para cada local e cultura em particular.

A partir destas definições pode-se perceber que o conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Refere-se principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente como futura.

O processo de crescimento com a concentração espacial das empresas, menor número de empregados e aumento das pequenas empresas, resulta num novo entendimento de desenvolvimento, segundo Llorens (2002, p.8-9), com maior ênfase no aproveitamento dos recursos endógenos e na importância de desenvolver o capital social, entendido como um conjunto de fatores tais como o clima de confiança social, a capacidade de associativismo, a consciência cívica e os valores culturais. Ressaltam-se, deste modo, os complexos relacionamentos existentes entre a estabilidade econômica, a integração social e a dinâmica do desenvolvimento econômico. Para Martinelli e Joyal (2004, p.10-11), o conceito de desenvolvimento local pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento definido. O modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais. Gallicchio (2004, p.1) entende o desenvolvimento local como uma estratégia diferente de desenvolvimento. Llisterri (2000, p.5-6) define os atores envolvidos no desenvolvimento econômico local como sendo aquelas pessoas, empresas e instituições que formam o capital social de cada zona em particular. As empresas de todos os tamanhos, e as redes e *clusters* formados por elas, são o principal agente de desenvolvimento econômico, criando riqueza, valor agregado e dando empregos estáveis à população. As organizações do setor privado e associações empresariais são atores para a criação de políticas de desenvolvimento competitivo, como também o são os governos nacionais, estaduais e municipais. A institucionalização de agências comprometidas com o desenvolvimento local e as organizações da sociedade civil, entre elas as universidades e outros centros de estudos e pesquisa, são os elementos chave de qualquer opção operacional.

3 SISTEMA ACAFE

Na década de 60 iniciou-se o processo de criação de fundações educacionais no Estado de Santa Catarina, segundo Bordignon (1978, p.32) em virtude da dificuldade de acesso ao ensino superior pelos municípios do interior do Estado e pela crença de que o ensino superior

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

seria a forma mais acertada para o desenvolvimento econômico. Tendo como característica a distribuição econômica e demográfica em pequenas e médias cidades, o sistema fundacional permitiu a distribuição educacional formando uma rede de universidades. Em 1974, os presidentes das fundações, criaram a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais – uma entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior e de representá-las junto aos órgãos dos governos estadual e federal. Atualmente o sistema Acafe conta com dezesseis associados e atendem 84 municípios distribuídos em todo o território catarinense (Anexo I). As associadas são:

FEBAVE – Fundação Educacional Barriga Verde
FEHH – Fundação Educacional Hansa Hammonia
FURB - Universidade Regional de Blumenau
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UnC – Universidade do Contestado
UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Unifebe – Centro Universitário de Brusque
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina
USJ – Centro Universitário Municipal de São José

As características do sistema Acafe (1999, p.7-8) são o forte espírito comunitário, delineado através da presença do poder público municipal no apoio ao desenvolvimento das atividades de cada instituição, da colaboração estreita com a empresa privada e do volume de bolsas de estudos concedidas aos seus alunos. A intensiva procura de soluções próprias, alicerçada em iniciativas individuais ou de grupos organizados, em função de necessidades e interesses locais ou regionais, com aproveitamento pleno do potencial de cada instituição em relação ao seu meio. E, a grande capacidade de antecipação e de reação diante dos desafios locais, regionais e nacionais, fortalecida tanto pelas tradições de origem de cada instituição quanto pela diversificação dos modelos gerenciais adotados, além de uma constante preocupação com a sobrevivência de cada empreendimento em função dos objetivos societários e econômicos das microrregiões em que atuam.

No ano de 2005 o corpo docente do sistema Acafe era composto por 9.177 professores, divididos quanto à titulação em doutores 1.181 (12,90%), mestres 4.009 (43,70%), especialistas 3.204 (34,90%) e graduados 783 (8,5%), quanto ao regime de trabalho eram em tempo integral 2.441 (26,60%), em tempo parcial 1.906 (20,75%) e horistas 4.830 (52,65%). O corpo discente contava com 143.153 alunos matriculados no curso de graduação com 19.294 conclusões, e 21.528 alunos em cursos de pós-graduação com 3.318 conclusões.

4 ANÁLISE

FEBAVE – Fundação Educacional Barriga Verde

Disciplina: Economia Brasileira e Regional

- A Indústria Catarinense no Contexto da Economia Brasileira.
- A Influência da formação dos blocos econômicos para a Indústria Catarinense.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

Disciplina: Economia Brasileira

- Economia de Santa Catarina.

UNC - Universidade do Contestado

Disciplina: História do Contestado

- Formação histórica da região.
- Características culturais: ocupação e construção do espaço.
- Etnias e características dos habitantes desta terra.
- O conflito do contestado e o significado no contexto nacional e internacional.

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

Disciplina: Globalização e Integração Regional.

- Desenvolvimento sustentado como prova da integração regional.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Disciplina: Economia

- A formação ética e econômica catarinense.
- A industrialização e a formação de *clusters* da economia catarinense.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

Disciplina: Economia

- Modelo de desenvolvimento de Santa Catarina

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Disciplina: Práticas Organizacionais

- Temas especiais e emergentes de interesse das empresas locais levantadas através da articulação com as entidades de classe e núcleos setoriais.

As instituições de ensino superior FURB - Universidade Regional de Blumenau, UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina -, UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí -, Unifebe – Centro Universitário de Brusque -, e UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul-, não apresentaram evidências em suas ementas do curso de administração de registros sobre o conceito e definição de desenvolvimento local.

Das dezesseis instituições de ensino superior pertencente ao sistema Acafe, não se obteve acesso ao ementário em quatro delas. Das doze instituições analisadas encontrou-se evidência de registros sobre desenvolvimento local em sete instituições (58,33% do total analisado).

Observa-se a concentração dos estudos sobre desenvolvimento local na disciplina de economia (FEBAVE, UDESC, UNIVALI E UNIVILLE), outras disciplinas contempladas foram História do Contestado (UnC – abordagem cultural), Globalização e Integração Regional (UNIPLAC, abordagem econômico-social) e Práticas Organizacionais (UNOESC, abordagem institucional). A evidência de registro sobre desenvolvimento local nas instituições com pontuação ocorreu em apenas uma disciplina. O resultado da pontuação apresenta-se abaixo:

INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO
FEBAVE	2
UDESC	1
UnC	4
UNIPLAC	1
UNIVALI	2
UNIVILLE	1
UNOESC	1

Fonte: Autores

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Dentre as instituições de ensino superior a UnC obteve a maior pontuação (quatro), a FEBAVE e a UNIVALLI obtiveram dois pontos e a UDESC, UNIPLAC, UNIVILLE, e UNOESC marcaram um ponto cada, as demais analisadas não pontuaram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o registro de evidência sobre o desenvolvimento local nas instituições de ensino superior pertencente ao sistema Acafe, nas ementas do curso de administração, é pequeno e quando existe, contempla apenas disciplinas esporádicas. Parece não haver uma preocupação em abordar o desenvolvimento local durante todo o curso de administração. Não quer disser que efetivamente não seja abordado o desenvolvimento local, mas este não aparece como uma preocupação formal na elaboração da disciplina de administração. Nota-se que a maior parte dos professores das instituições de ensino superior da Acafe trabalham em tempo parcial (20,75%) e como horistas (52,65%), deduzindo-se que estes possuam outra atividade profissional e levem suas experiências para a sala de aula.

A importância da existência de tópicos nas ementas das disciplinas do curso de administração abordando o desenvolvimento local, está na possibilidade de através do aprendizado do conhecimento global adaptá-lo a realidade local, e também como forma de aprofundar o conhecimento das características físicas, econômicas, sociais, culturais, institucionais e políticas locais. Como o curso de administração possibilita a inserção profissional nas mais diversas organizações das mais diversas áreas, o efeito do estudo da situação local permite a difusão deste conhecimento por toda a sociedade.

Além dos tópicos de ementas destacados neste estudo, apresentam-se outros que poderiam ser acrescentados nas disciplinas do curso de administração, como: logística local (regional ou catarinense), sistema produtivo local (regional ou catarinense), mercado de trabalho local (regional ou catarinense), capacidade exportadora local (regional ou catarinense), características do consumidor local (regional ou catarinense), e outras que os professores com maior conhecimento em sua área específica possam sugerir. Sabe-se que existem poucos ou nenhum material didático que abordem alguns temas sugeridos, esta pode ser uma oportunidade para a realização de pesquisas sobre as condições locais que permitam um melhor conhecimento da nossa realidade. Não se quer diminuir a importância da universalidade do conhecimento, nem tampouco, aumentar a importância do conhecimento local, mas sim sugerir uma composição que permita abordar tanto o conhecimento universal como também o local. Talvez a grande preocupação não seja com o estudo da produção científica universal ou ocidental, mas de que forma adaptá-la e utiliza-lo nas condições econômicas, sociais, culturais e políticas de cada região.

O presente estudo tem o objetivo de levantar a discussão sobre a preocupação efetiva com o desenvolvimento local nos cursos de administração das instituições de ensino superior do sistema Acafe, não tem a pretensão de encerrar o assunto, mas sim de expô-lo ao debate e para maior reflexão daqueles que trabalham com o ensino de administração.

REFERÊNCIAS

- ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Disponível em www.afe.org.br. Acessado em: 13.09.06
- _____. Sistema Acafe de Dados Estatísticos. Disponível em www.afe.org.br. Acessado em: 13.09.06.
- _____. **ACAFE 25 anos**. Florianópolis: Biblioteca Universitária da Unisul, 1999.
- ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lúcia. **Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local**. Brasília: Artigo, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BORDIGNON, G. **Estabelecimentos isolados de ensino superior: um estudo das fundações educacionais de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- DELLAGNELO, Eloise H.L. e SILVA, Rosimeri C. da. **Análise de Conteúdo e sua Aplicação em Pesquisa na Administração**.
- FEBAVE – Fundação Educacional Barriga Verde. Disponível em www.febave.org.br. Acessado em: 18.09.06.
- FEHH – Fundação Educacional Hansa Hammonia. Disponível em www.fehh.edu.br. Acessado em: 18/09/06
- FURB Universidade Regional de Blumenau. Disponível em www.furb.br. Acessado em: 18.09.06.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GALLICCHIO, Enrique. El Desarrollo Local en América Latina. Estrategia Política Basada en la Construcción de Capital Social. Uruguay: Program de Dearollo Local Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH), 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª Ed., edição. São Paulo:Atlas,1999.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, mar/abr.1995.
- KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EDUSP, 1980.
- LLISTERRI, Juan José. **Competitividad e y Desarrollo Económico Local: Nuevas Oportunidades Operativas**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2000.
- LLORENS, Juan Luis et alli. **Estudio de casos de desarrollo económico local en América Latina**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2002.
- MARTINELLI, Dante P. e JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

- MEIER, Gerald M., Baldwin, Robert E. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- MINAYO, M.C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.
- UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em www.udesc.br. Acessado em 18.09.06
- UnC – Universidade do Contestado. Disponível em www.unc.br. Acessado em 18.09.06.
- UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul. Disponível em www.unerj.br. Acessado em 18.09.06.
- UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Disponível em www.unesc.net. Acessado em 19.09.06.
- UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Disponível em www.unidavi.edu.br. Acessado em 19.09.06.
- Unifebe – Centro Universitário de Brusque. Disponível em www.unifebe.edu.br. Acessado em 19.09.06.
- UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense. Disponível em www.uniplac.net. Acessado em 19.09.06.
- UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em www.unisul.br. Acessado em 19.09.06.
- UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em www.univali.br. Acessado em 19.09.06.
- UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. Disponível em www.univille.edu.br. Acessado em 19.09.06.
- UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Disponível em www.univille.edu.br. Acessado em 19.09.06.
- UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Disponível em www.unoescxxe.edu.br. Acessado em 19.09.06.
- VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Pesquisa Qualitativa em Administração**. São Paulo: Editora FGV, 2002.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.